

AUTISMO NO BRASIL E INCLUSÃO NO ESPAÇO ESCOLAR: ESTRATÉGIAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DO ALUNO COM TEA

Vanessa Santos Lima¹
Gislene Lima Carvalho²

Resumo: A educação inclusiva, fazendo parte das mudanças epistemológicas ocorridas na educação, manifesta-se como concepção de favorecer o acesso de pessoas às instituições da rede de ensino básico e superior, assim como certificar a sua continuidade na educação, de modo que assegure a sua integralização conforme as suas especialidades de vida. Todavia, é possível que a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) apresente certa limitação na interação das funções motoras e psíquicas que, por sua vez, poderá causar danos nas áreas da vida social, afetiva e de aprendizagem do indivíduo. Nesse sentido, considerando esta realidade, a presente pesquisa objetiva analisar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista na sala de aula de ensino regular, no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Caracteriza-se como qualitativa e descritiva, tendo como instrumento um questionário virtual aplicado a duas professoras que atuam no AEE em duas escolas da rede pública, situadas no Município de Barreira/Ceará. Para designar o Transtorno do Espectro Autista, tivemos como base teórica os autores Mantoan (2003), Libâneo (1994), além da Lei nº 12.764/2012. Com os resultados obtidos, concluímos que o município deve ofertar às docentes do Atendimento Educacional Especializado formação continuada relacionada ao ensino do aluno com TEA, tendo em vista a falta de formação adequada das professoras. Percebe-se, também, a ausência de materiais adequados, que nos leva a concluir que o processo de inclusão não acontece nas escolas em questão, o que pode causar problemas no ensino, na educação inclusiva e no AEE.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Transtorno do Espectro Autista. Atendimento Educacional Especializado. Estratégias de ensino.

Abstract: Inclusive education, as part of the epistemological changes that have taken place in education, manifests itself as a conception of favoring people's access to institutions of the basic and higher education network, as well as certifying their continuity in education, in order to ensure their integralization according to their life specialties. However, it is possible that the person with Autism Spectrum Disorder (ASD) has a certain limitation in the interaction of motor and psychic functions, which, in turn, may cause damage in the areas of the individual's social, affective and learning life. In this sense, considering this reality, the present research aims to analyze the teaching strategies used by the teacher in the teaching-learning process of the autistic student in the classroom, in the regular education, in the Specialized Educational Service. (EEA). It is characterized as qualitative and descriptive, having as an instrument a virtual questionnaire applied to two teachers who work in the AEE in two public schools, located in the Municipality of Barreira/Ceará. To designate Autism Spectrum Disorder, we had as a theoretical basis the authors Mantoan (2003), Libâneo (1994), in addition to Law nº 12.764/2012. With the results obtained, we conclude that the teachers of Specialized Educational Assistance have the need to expand their knowledge related to the teaching of students with ASD, in view of the lack of adequate training of teachers. It is also possible to notice the absence of adequate materials, which leads us to conclude that the inclusion process does not take place in the schools in question, which leads to major problems in teaching, inclusive education and AEE.

Keywords: Inclusive Education. Autism Spectrum Disorder. Specialized Education. Teaching Strategies.

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB - Redenção - Ceará. E-mail: limavanessa496@gmail.com

² Orientadora. Professora do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. E-mail: gislenecarvalho@unilab.edu.br

1. INTRODUÇÃO

A necessidade de conhecer e compreender como vem acontecendo a inclusão do aluno autista no ambiente escolar, partindo do pressuposto de que o docente enfrenta muitos desafios ao se deparar com a inclusão de um aluno autista, desafios esses que acontecem por estarem associados à formação inicial, não proporciona ao professor os conhecimentos necessários relativos ao tema.

A formação do professor, conforme Nóvoa (1992) não se estabelece por acumulação, seja através de cursos ou de técnicas, mas por meio de um ofício de refletir, de maneira crítica, sobre práticas e de (re)construção definitiva de uma identidade pessoal. Por essa razão, é considerável investir na pessoa e conceder “status” ao conhecer a experiência. Nessa perspectiva, atentaremos para a prática docente com o aluno que se insere dentro do Transtorno do Espectro Autista – TEA, com o olhar no professor e nas estratégias de ensino-aprendizagem.

Nosso modelo educacional tem mostrado, na maioria dos casos, conteúdos vazios de recursos e estratégias para atender esse tipo de público, visto que a escola atual não é feita para todos, ocasionando a exclusão escolar, manifestada das mais diversas formas. Não acontecendo de fato a formação continuada do docente, tem como consequência um ensino desatualizado em não haver condições favoráveis na aprendizagem, incluindo também a falta de adaptações no acolhimento desses alunos.

O ensino curricular de nossas escolas, estruturado em disciplinas, apesar de ser um direito inquestionável, tem isolado o aluno autista na sala de aula pelo fato de muitas gestões escolares e professores declararem não ter o preparo necessário. O processo de integração e de inclusão escolar, dessa forma, provoca questionamentos na educação, especialmente em como atender esse aluno e de como lidar com as diferenças em sala de aula, fazendo com que este aluno fique anos sem o atendimento e acompanhamento adequados para o caso.

Dentro desse contexto educativo, neste trabalho, a presente pesquisa objetiva analisar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista na sala de aula regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Para isso, fizemos um questionário com duas professoras que lecionam na sala do Atendimento Educacional Especializado - AEE, em duas escolas no município de Barreira-Ce. A seleção do município para pesquisa dos dados se deu, principalmente, pela motivação de ser a cidade que atualmente mora a pesquisadora, na qual percebeu a necessidade de aprofundar sobre essa temática, partindo da experiência obtida em sala de aula, durante um período de seis meses no

Programa Novo Mais Educação (MEC), atendendo alunos com maiores dificuldades na disciplina de Língua Portuguesa, na turma do 5º Ano e, dessa forma, procurando avançar e colaborar no ensino da educação em sua cidade.

Portanto, indaga-se: De que maneira as estratégias docentes são adequadas para se estabilizar a inclusão do aluno autista? Quais são as estratégias de ensino necessárias para que um professor de Língua Portuguesa atenda às demandas na inclusão do aluno com autismo? Partindo desses questionamentos, a pesquisa objetiva analisar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista na sala de aula regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

O artigo está dividido em seis seções principais. Nas primeiras seções, abordamos sobre a educação inclusiva, o autismo no Brasil e inclusão no espaço escolar, além da formação e prática docente, discutindo a formação do professor para a inclusão do aluno com TEA e estratégias de ensino, compreendendo as principais concepções para a compreensão e construção da pesquisa que realizamos. A quarta seção remete aos procedimentos metodológicos, em que apresentamos os procedimentos seguidos na pesquisa, como o campo da pesquisa, a metodologia e os instrumentos para a coleta de dados. A quinta seção consiste na análise e discussão dos dados e, em seguida, as considerações finais do trabalho e, por fim, as referências.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva constitui-se no processo de inclusão e integralização do educando, de modo que, todos os alunos possam estar inseridos em sala de aula, aprendendo juntos, sem nenhum tipo de distinção, embora eles provem ser diferentes, sendo uma modalidade de educação que visa aplicar habilidades de educação especial em escolas de ensino regular.

O processo de inclusão e integralização da educação inclusiva expressa-se por reconhecer as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino, voltadas para as inúmeras causas de exclusão de indivíduos diante da sociedade e da escola, conforme destaca Mantoan (2003, p. 13-14), ao dizer que “o ensino curricular de nossas escolas, organizado em disciplinas, isola, separa os conhecimentos, em vez de reconhecer suas inter-relações”, de modo que a escola possui uma visão de educação voltada a um determinado tipo de grupo, no qual, não possui necessidade alguma especial, evidenciando, dessa forma, a exclusão através das práticas educacionais.

A escola tem um papel significativo na vida das crianças, tanto no desenvolvimento cognitivo como no desenvolvimento pessoal, sendo ela o primeiro espaço social do aluno, a fim de mediar o conhecimento para todos através do processo de ensino e aprendizagem. Ainda sobre a educação inclusiva, Sassaki (1997) vai salientar que a sociedade deve se adaptar as dificuldades da pessoa com necessidades especiais para que a mesma possa desenvolver-se em todas as áreas de sua vida.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Paris, no dia 10 de dezembro de 1948 e a Constituição Federal do Brasil, de 1988, determina a proteção universal dos direitos humanos, independente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra circunstância. A iniciativa pela escola inclusiva, no primeiro momento, adotada por diversos países, se deu através da Declaração de SALAMANCA (ONU/UNESCO,1994). O documento criado na Conferência Mundial sobre Educação Especial em Salamanca, na Espanha, teve como objetivo oferecer diretrizes básicas com a formação e transformação do sistema educacional baseado na inclusão social, levando em consideração as características individuais de cada aluno.

Apesar da educação ter se modernizado, atendendo a diversidade de grupos sociais, nota-se que a escola ainda não se adaptou a inclusão de uma educação especial, ao percebermos o processo de inclusão/exclusão voltado para a universalidade do acesso aos sistemas de ensino. Conhecer as leis que baseiam a educação inclusiva é de tamanha relevância para os educadores, a fim de reconhecer os avanços e processos no sistema educativo, tendo em vista a acessibilidade para todos. Diante disso, é válido ressaltar no capítulo V, artigo 58, da Lei nº 9.394 das Diretrizes e Bases Nacionais, LDBEN, criada em 1996, no inciso 1º, que diz: “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial”.

Baseado nas constatações acima, BRASIL (2008) define a educação especial da seguinte forma:

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008, p.6).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), bem como o ensino da educação especial, é um processo de educação que desenvolve todos os níveis da educação básica, objetivando reconhecer, ampliar e disponibilizar recursos voltados para a acessibilidade

baseados na inclusão e integralização desses discentes no ensino. Com base nisso, segundo a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009, o AEE atua, de preferência, em uma sala de recursos multifuncionais em que apresenta espaço físico, materiais didáticos, recursos pedagógicos acessíveis e equipamentos específicos. Para que seja feita a matrícula no Atendimento Educacional Especializado, é necessário que o aluno esteja matriculado em uma sala de ensino regular e apresente laudo médico em que especifique o déficit, o transtorno global do desenvolvimento ou a identificação das necessidades especiais específicas, dessa forma, o professor do ensino regular juntamente com a gestão escolar fará uma relação e o encaminhamento do estudante para o AEE.

Deste modo, ao se referir a educação do aluno com necessidades educacionais especiais ou com déficit de aprendizado voltado para o ensino, estando dentro dos preceitos de uma educação para todos, a ideia de inclusão abre espaço para que elimine o dualismo presente entre educação regular e educação especial. É no ambiente escolar que o aluno passa a ter convivência com os colegas, seja em sala de aula ou através das interações sociais e lazer, dessa forma, permitindo a assimilação de uma pluralidade significativa de aspectos que os educandos podem apresentar, já que a inclusão escolar não almeja somente esse grupo específico mas todo o público escolar no geral, uma vez que a educação inclusiva consiste na solicitação de uma mudança na perspectiva educacional, tendo em vista todos os alunos, que, de certa forma, possuem alguma necessidade particular.

Em suma, partindo das perspectivas voltadas para a educação inclusiva, o foco deste trabalho será a inclusão do aluno com TEA. Por isso, no tópico seguinte, entenderemos o conceito do Autismo no Brasil e inclusão no espaço escolar, com a finalidade de entender e compreendermos sobre o transtorno do espectro autista (TEA), suas características, as leis que determinam os direitos da pessoa autista seguido da inclusão no espaço escolar e de como as escolas atuam no atendimento voltado para esse público, visto que será nosso ponto de partida inicial para assimilarmos e refletirmos sobre os desafios da educação inclusiva.

2.1 Autismo no Brasil e inclusão no espaço escolar

Representado pela sigla TEA, o Transtorno do Espectro Autista, conforme o Departamento Científico de Pediatria do Desenvolvimento e Comportamento - Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), é “um transtorno do desenvolvimento neurológico, caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social e pela presença de comportamentos e/ou interesses repetitivos ou restritos”.

Com relação a isso, evidenciamos que o termo autismo foi empregado pela primeira vez em 1911, por Eugen Bleuler, um psiquiatra suíço que procurava através de seus estudos, descrever características de esquizofrenia. Contudo, a denominação do autismo obtém uma proporção maior no ano de 1943, por meio do psiquiatra Leo Kanner, no qual em suas primeiras pesquisas já abordava os aspectos do autismo de forma relevante (CUNHA, 2015).

O TEA refere-se a um transtorno permanente, no qual não há cura, mesmo havendo intervenção precoce, o diagnóstico não ameniza os sintomas. Tem origem nos primeiros anos de vida, sendo identificados na maioria dos casos, entre os primeiros 12 e 24 meses de idade. Segundo os critérios diagnósticos do espectro autista (2018), o diagnóstico do autismo acontece de maneira clínica, por meio da observação do paciente, informações levantadas pelos pais ou responsáveis e através da aplicação de escalas, perguntas e análises de comportamento.

Baseado nisso, a pessoa com TEA apresenta alguns critérios que mudam de acordo com o indivíduo relacionado ao déficit de interação, comunicação social e comportamentos repetitivos, estando em diferentes níveis. Takeda (2015) vai dizer que é fundamental que ocorra a avaliação médica especializada, uma vez que, antecipar as interferências no autismo ajudará na melhoria do prognóstico.

A 5ª edição do Manual de diagnóstico e Estatísticos de Transtornos Mentais (DSM-5) vai definir as características diagnósticas, sendo elas:

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). O estágio em que o prejuízo funcional fica evidente irá variar de acordo com características do indivíduo e seu ambiente. Características diagnósticas nucleares estão evidentes no período do desenvolvimento, mas intervenções, compensações e apoio atual podem mascarar as dificuldades, pelo menos em alguns contextos. Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo espectro. (DSM-5, 2014, p. 97).

O Transtorno do Espectro Autista passou a apresentar-se como um diagnóstico unificado na nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde, a CID-11 (ICD-11 na sigla em inglês para International Statistical Classification of

Diseases and Related Health Problems), publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), passando a ser classificado de Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com comprometimento leve ou ausente da linguagem funcional; Transtorno do Espectro do Autismo sem deficiência intelectual (DI) e com linguagem funcional prejudicada; Outro Transtorno do Espectro do Autismo especificado e Transtorno do Espectro do Autismo, não especificado.

Desse modo, não se pode igualar a pessoa com autismo, levando em consideração que são sujeitos diversificados, sendo que cada um apresenta níveis de intelectualidade diferentes. Segundo o estudo feito pela especialista em TEA, Deborah Kerches (2019), o Hiperfoco é uma das características mais comuns, que pode ser definido como uma forma de concentrar-se em um determinado assunto, objeto ou tarefa, sendo bastante frequente em pessoas com transtorno do espectro autista (TEA), ao repetir um comportamento limitado e constante, tendo como alvo livros, letras de músicas, filmes, personagens, uma disciplina, entre outras inúmeras alternativas.

Perante o exposto, foi aprovada a lei de nº 12.764, no dia 27 de dezembro de 2012, na qual a pessoa com TEA passa a ser vista de forma mais perceptível. Consta no art. 3º da lei que são direitos da pessoa com TEA:

- I - a vida digna, a integridade física e moral, o livre desenvolvimento da personalidade, a segurança e o lazer;
- II - a proteção contra qualquer forma de abuso e exploração;
- III - o acesso a ações e serviços de saúde, com vistas à atenção integral às suas necessidades de saúde, incluindo: a) o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo; b) o atendimento multiprofissional; c) a nutrição adequada e a terapia nutricional; d) os medicamentos; e) informações que auxiliem no diagnóstico e no tratamento;
- IV - o acesso: a) à educação e ao ensino profissionalizante; b) à moradia, inclusive à residência protegida; c) ao mercado de trabalho; d) à previdência social e à assistência social (BRASIL, 12.764/12).

Diante do que foi apresentado, é válido afirmar que o transtorno não se apresenta como algo simples, já que não existe uma fórmula que aponte os sintomas referentes ao autismo. Contudo, reconhecer um sujeito com autismo ainda que não seja uma doença aparente, é tido como uma pessoa que apresenta necessidades especiais. É visível que a pessoa com TEA está amparada pela lei dentro do sistema educativo. De modo geral, tem se alargado mais o conhecimento sobre o autismo e, conseqüentemente, ampliado mais as probabilidades de intervenção.

Em síntese, neste tópico, vimos o autismo e suas características, bem como as leis que amparam e concedem proteção sobre a pessoa com Transtorno do Espectro Autista. A inclusão

do aluno com TEA deve ir além de sua presença em sala de aula, deve desejar, sobretudo, o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades, superando os impasses. Após as considerações sobre a educação inclusiva e a inclusão do aluno autista no espaço escolar, trataremos no próximo tópico questões relacionadas à formação dos professores e as estratégias de ensino, abordando aspectos do processo de ensino-aprendizagem do aluno com TEA.

3. FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE

A formação docente, em geral, constitui-se em métodos de preparação, aprimoramento e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas para o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista a formação acadêmica do profissional. Facion (2009) acredita que é de grande importância preparar o professor para os novos desafios da educação, uma vez que o incentivo de uma postura reflexiva e crítica, através da apropriação de conhecimentos, facilitará ao profissional condições para assumir uma posição em que atue com responsabilidade e autonomia, demandando um ensino que respeite as convicções de uma sociedade justa e democrática.

Libâneo (1994 p. 27) vai afirmar que "a formação profissional é um processo pedagógico, intencional e organizado, de preparação teórico-científica e técnica do professor para dirigir competentemente o processo de ensino". Dito isso, fica evidente que a formação de professores se estabelece através de conceitos teóricos e práticos que não podem ser estruturados de forma isolada, pois o primeiro trata das experiências escolares procedente dos ensinamentos sobre formação acadêmica e o segundo refere-se à execução da teoria, sendo os dois fundamentais para a vida acadêmica.

Dessa forma, sabemos até aqui que a formação do professor é relativa à teoria adquirida durante o curso de formação e a prática é obtida por meio dessa teoria. Neste sentido, Freire (1996, p. 26) declara que “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que historicamente, mulheres e homens descobriram que era possível ensinar.”. Paulo Freire nos faz refletir sobre a formação de professores, nos levando a perceber as particularidades em que o professor irá atuar e se deparar em seu local de trabalho, através do contato com uma sociedade diversificada e variada, bem como em ter acesso a diferentes tecnologias de informação e meios de comunicação. Dai a relevância de se definir nesse processo formativo, sempre buscando progredir com o compromisso de pesquisar e inovar.

Não resta dúvida que os processos formativos trazem consigo uma vasta produção teórica ao longo da formação docente, porém, é válido afirmar que ampliar a busca por

conhecimentos visando a valorização do professor, contribuem positivamente para seu reconhecimento, seja ele social, pessoal ou para o andamento de suas atividades. Formação, ensino e construção de conhecimentos são aspectos que moldam a carreira acadêmica do professor, ambos sendo articulados entre si. Concernente aos profissionais da educação, no art. 61 (TÍTULO VI), no capítulo V da LDB diz que são considerados profissionais da educação escolar básica os que nela estão executando seu cargo e que se formaram em cursos conhecidos, docentes qualificados em nível médio ou superior para atuar nas áreas da educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.

Dessa forma, a formação de professores, de modo respectivo com as especificidades de suas atribuições, demanda uma formação continuada, no que diz Romanowski (2007), sendo uma exigência para os dias atuais, que inicia com a escolarização básica e, logo após, se completa com os cursos de formação inicial com equipagem para o professor exercer na prática social, na qual consiste em conhecimentos científicos e sociais, visto que o atual modelo de formação é indagado, se tornando desatualizado em consequência das mudanças realizadas no campo educacional, sendo necessário fazer uma junção de teoria e prática visando a preparação e aperfeiçoamento da prática docente.

Já o art. 62º, relacionado a formação de professores, constata que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (Lei nº 9.394, 1996, p.42).

Nos trechos citados acima, podemos observar a importância que a formação docente possui, para que se tenha bons resultados na perspectiva de ensino, sendo fundamental afirmar que, para poder exercer com êxito o magistério, o profissional precisa ter, no mínimo, concluído um curso de ensino superior, qualificado em sua área de atuação. Facion (2009) vai assegurar que é necessário ocorrer uma redefinição do papel da escola, dos professores e agentes educativos. “Estes precisam estar devidamente preparados para assumir novos valores profissionais que abranjam, além de uma prática diferenciada, um conhecimento pedagógico, científico e cultural transformador(...)”. (p. 168).

Por outro lado, embora a formação continuada seja de grande relevância para as práticas pedagógicas do professor, no momento em que nos deparamos com o ensino da educação inclusiva de alunos com TEA, verificamos que somente a formação continuada não consegue atender as necessidades voltadas para esse público. Assim, indo além da formação continuada, para que aconteça a inclusão na sala de aula do aluno autista, são necessárias estratégias que amparem essa demanda, atentando também para a construção de um professor reflexivo e

disposto a colaborar com novas formas de acionar os saberes essenciais para a prática profissional e, relacionado a educação inclusiva do aluno com TEA, a busca por cursos de especialização em necessidades especiais.

No próximo tópico, refletiremos sobre a formação do professor para a inclusão do aluno com TEA, visando as estratégias de ensino utilizadas no ensino especial.

3.1 Formação do professor para a inclusão do aluno com TEA e estratégias de ensino

Levando em consideração a formação do professor que atua no ensino da educação especial, a lei 12.764/2012 que apoia as pessoas com Transtorno do Espectro Autista, ou também como é chamada de Lei Berenice Piana, implementa a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA e o Decreto 8.368/2014 que determina a referida Lei, o artigo 4º aborda de forma precisa a questão da educação, que diz:

É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantindo a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. (LEI 12.764/2012).

Todavia, apesar da lei garantir a inclusão do aluno com TEA, é necessário que o professor obtenha preparo intelectual e profissional, já que sem essa qualificação é improvável da inclusão acontecer, sendo necessário buscar juntamente com a comunidade escolar e a contribuição de autoridades locais, mecanismos para a efetuação da política de inclusão do aluno autista em sala de aula. Segundo Cunha (2013), é primordial pensar na escola como lugar de formação do professor, sendo esse um espaço que viabiliza produzir mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e no aprendizado dos alunos, incluindo alunos com deficiência, alunos com transtornos globais e que possuam altas habilidades ou superdotação e ainda rompe caminhos para que o professor reforce a busca em seus conhecimentos diários. No entanto, não são todas as escolas que apresentam condições para realizar essas mudanças na educação do aluno autista.

Por outro lado, um método chamado TEACCH vem sendo utilizado por professores que trabalham com alunos com TEA, no qual faz uso de materiais visuais, uma vez que garante bons resultados, principalmente, em trabalhar o desenvolvimento da autonomia.

O TEACCH foi desenvolvido na década de 60 nos Estados Unidos e é atualmente muito utilizado em várias partes do mundo. O método utiliza avaliações, levando em conta os pontos fortes e as maiores dificuldades do indivíduo, em um programa individualizado. Ele objetiva desenvolver a independência do autista de modo que ele, ainda que precise do professor para o aprendizado, possa ser, em grande parte de seu tempo, independente para fazer coisas relacionadas à sua vida diária. O TEACCH se

baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas organizadas em quadros, painéis ou agendas. O objetivo é adaptar o ambiente para o autista mais facilmente compreendê-lo e compreender o que se espera dele. (CUNHA, 2014, p. 73).

Outra estratégia de ensino é o método ABA. Lima (2012, p. 44) declara que “as tarefas são repetidas de forma contínua até a criança dominar a resposta. Para modelar o comportamento das crianças são utilizadas várias técnicas de condicionamento”. Cunha (2014) salienta que a repetição é significativa na abordagem ABA, assim como registrar todas as tentativas realizadas e resultados obtidos. Dessa forma, a resposta apropriada do educando tem por consequência a ocorrência de algo agradável para ele e, através do auxílio e da repetição, intimida-se o comportamento incorreto, recompensando sempre de forma resistente as atitudes esperadas. Assim, os métodos visuais envolvem a atenção dos alunos com TEA, bem como ajudam na aprendizagem, comunicação e interação social.

Silva; Gaiato; Reveles (2012) demonstram um caso em que a estratégia pode ser usada e o quanto pode cooperar para que o aluno com TEA passe a se comunicar com pessoas a sua volta. Dessa maneira, para os autores:

Quando uma criança com autismo precisa ir ao banheiro ou comer algo, ela entrega para uma pessoa uma figura que representa seu desejo. Esse método pode auxiliar nos comportamentos de birra que, algumas vezes, decorrem das dificuldades de se comunicarem adequadamente. O procedimento com o PECS não tem por objetivo substituir a fala, mas sim estimular. Quando a criança entrega a figura para uma pessoa (terapeuta, professor, pais), esta deve dizer o que é e incentivar a criança a repetir o nome. Futuramente, este método pode fazer com que a criança consiga falar o que deseja sem o auxílio da imagem. Além disso, ela, aos poucos, vai ampliando o seu repertório verbal. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 219).

No que diz respeito a educação inclusiva do aluno com Transtorno do Espectro Autista na rede regular de ensino, vemos que muitos são os desafios, nos quais se propõe uma reorganização criativa por parte do educador, uma vez que apenas inserir o aluno no ambiente escolar não é eficaz em garantir o acesso ao conhecimento adquirido sem que a escola tenha nenhum preparo para recebê-lo. É necessário reajuste dos materiais pedagógicos, rever os conteúdos do livro didático e o docente receber instruções corretas para direcionar seu ofício na sala de aula. Assim, é preciso superar qualquer forma de distinção ou preconceito em atender o aluno em suas necessidades, de maneira que venha responsabilizar-se em garantir o acesso e a continuidade em permanecer na escola.

De acordo com Mantoan (2006, p.15), “Algumas escolas públicas e particulares já adotaram ações nesse sentido, ao proporem mudança na sua organização pedagógica, de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os alunos nem segregá-los”. A informação sobre o Transtorno do Espectro Autista é o primeiro passo para que o docente

coopere no progresso de seus alunos. E ainda que não seja experto em Educação Especial ou sobre TEA, o professor pode contribuir bastante na vida do aluno autista, desde que busque se aprofundar no assunto e que tenha muito amor e dedicação pelo o que faz.

Entendemos que a progressão assim como a não progressão do aluno com TEA, baseado na sua educação, são resultados referentes a formação inicial ou continuada de professores, relacionado também a ausência de treinamentos exclusivos para os profissionais da área da educação trabalharem com alunos voltados para a educação inclusiva. Dessarte, a rede regular de ensino carece de um sistema superior que transforme os demais sistemas de formação de professores e profissionais que trabalham na área da inclusão, baseada numa relação cooperante entre todos os comprometidos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa se define como qualitativa, dado que segundo Minayo (2000) a pesquisa qualitativa atende a questões particulares. Esse tipo de pesquisa se preocupa, nas ciências sociais, com um grau de realidade que não pode ser quantificado, isto é, ocupa-se com o espaço de significados, motivos, expectativas, crenças, valores e ações, o que coincide a um lugar mais profundo das relações dos processos e fenômenos que não podem ser resumidos a instrumentalização de variáveis. Caracteriza-se também como descritiva, pois especificamos os métodos e recursos didáticos usados do processo de aprendizagem dos alunos com Transtorno do Espectro Autista.

Em virtude da flexibilização da forma de se trabalhar com a coleta de dados, o método escolhido foi a aplicação de um questionário, disponibilizado de forma virtual, no período do ensino remoto em tempos de pandemia de COVID-19, contendo 9 questões, sendo submetido a 2 docentes de escolas diferentes³.

O instrumento utilizado para a coleta de dados foi o questionário que se deu através das docentes participantes em que foram questionadas quais metodologias são utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com TEA, matriculados na modalidade regular de ensino. O questionário, conforme Gil (2011), pode ser definido como “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões

³ O questionário foi aplicado a 2 professoras devido haver somente 1 docente em cada escola que atuam no ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas, etc.”.

No decorrer da pesquisa, iremos denominar as docentes de professora 1 (P1), com idade de 43 anos da escola 1, situada no centro da cidade do Município de Barreira – Ceará; e professora 2 (P2), com idade de 53 anos, da escola 2, situada na localidade de Lagoa Grande no mesmo município. Barreira tem população estimada de 22.715 pessoas, segundo o censo do IBGE de 2021, localizada próximo a cidade de Redenção-Ce. O município possui 13 escolas de Ensino Fundamental e 1 escola voltada para o nível médio, com 3.161 estudantes com matrícula no ensino fundamental e 781 no ensino médio. As duas escolas nas quais atuam as participantes dessa pesquisa ofertam o Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano. Devido ao fato das instituições se encontrarem fechadas por causa da pandemia, não foi possível obter, para esta pesquisa, acesso às suas dependências físicas.

Para alcançar o objetivo principal, indagamos às professoras acerca das estratégias de ensino-aprendizagem utilizadas na inclusão do aluno com TEA em sala de aula e sobre os instrumentos pedagógicos e metodológicos que são aplicados pelas docentes da educação especial que tenham como propósito instigar as modalidades sensoriais e motores do aluno, bem como colaborar para o melhor funcionamento no ambiente escolar e convívio social.

As escolas dispõem da Sala de Recursos Multifuncionais no Atendimento Educacional Especializado, na qual acontece o atendimento especializado no turno da manhã (AEE) e as salas regulares, nas quais há a inclusão com os demais alunos. O primeiro contato com as escolas se deu por intervenção das coordenadoras das instituições via e-mail. As duas professoras regentes atuam na educação básica e no ensino do AEE. Ambas são formadas em Licenciatura em Pedagogia e possuem cursos de formação continuada, curso de especialização na área da educação especial, no AEE, e deficiência intelectual. Ambas trabalham na área do ensino da educação especial há mais de 10 anos.

O questionário foi enviado via e-mail, sem indicação de como deveriam ser as respostas, se pessoal ou pesquisadas de outras fontes. As perguntas foram respondidas pelas professoras e transcritas para análise posterior. Para a participação, entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinado pelas professoras em concordância com a participação. A seguir, passemos então para as 9 perguntas que foram elaboradas.

- ✓ O que é o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?
- ✓ Como acontecem as aulas?
- ✓ Quais são os tipos de atividades do AEE para desenvolver a coordenação motora do aluno autista em sala de aula?

- ✓ O que é a Sala de Recursos Multifuncionais? Existe na escola atualmente?
- ✓ É necessário o laudo médico (diagnóstico clínico) para informar que o discente possui Transtorno do Espectro Autista? Com que idade geralmente é possível identificar?
- ✓ Na escola, os professores devem ficar atentos a quais comportamentos?
- ✓ Como o professor pode garantir a inclusão do aluno com autismo na sala de aula?
- ✓ Quais são as estratégias de ensino utilizadas no processo de ensino-aprendizagem?
- ✓ Como acontece a conversa para a cooperação dos pais?

Depois de entender os procedimentos para a realização da pesquisa, vamos, em seguida, para a análise das respostas das participantes.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise das respostas das docentes será dividida em dois momentos. Inicialmente trataremos a visão geral das docentes acerca do aluno com TEA e dos espaços escolares exclusivos para este público e, em seguida, passamos a identificar as metodologias adotadas pelas professoras para o público com TEA. Baseado nas perguntas elencadas na metodologia, percebemos que trabalhar habilidades de ensino que o professor possa utilizar no processo da educação do aluno com TEA em sala de aula, demanda do professor capacidade, informação e cursos de formação continuada, conforme prevê Xavier (2002):

A construção da competência do professor para responder com qualidade às necessidades educacionais especiais de seus alunos em uma escola inclusiva, pela mediação da ética, responde à necessidade social e histórica de superação das práticas pedagógicas que discriminem, segregam e excluem, e, ao mesmo tempo, configura, na ação educativa, o vetor de transformação social para a equidade, a solidariedade, a cidadania. (XAVIER, 2002, p.19).

Nesse sentido, a importância do professor na educação especial exerce papéis fundamentais que contribuem no processo de ensino e aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Aqui transcrevemos os aspectos mais relevantes do questionário aplicado às docentes e faremos uma análise, buscando trazer uma visão sobre o olhar das docentes e as estratégias por elas utilizadas. De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, manifesta que

Com base nos pressupostos legais da Constituição Federal de 1988, o artigo 205 prevê o direito de todos à educação e o artigo 208 prevê o atendimento educacional

especializado, e a inclusão escolar, fundamentada na atenção à diversidade, exigindo mudanças estruturais nas escolas comuns e especiais (BRASIL, 1988).

Conforme Brasil (2008), a educação especial se fez tradicionalmente como atendimento educacional especializado, substituindo o ensino comum, destacando distintas compreensões, terminologias e modalidades que conduziram a diferentes formações de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais.

A esse respeito, o início do questionário se volta para verificar os conhecimentos das professoras acerca do Atendimento Educacional Especializado, no qual a P1 e a P2 responderam trazendo a definição de acordo com o site Brainly, no Google, sobre o que vem a ser o AEE, o que nos chamou a atenção: *“tem como função, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que atenuem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”*. O fato de ambas terem buscado a resposta via google, ainda que sendo especializadas na área, mostrou insegurança em suas respostas. No entanto, como não houve indicação de que não fosse realizada pesquisa, entendemos que a busca pode ter ocorrido com a finalidade de apresentar uma resposta embasada e padronizada.

Ao indagar como aconteciam as aulas, a P1 ressalta que *“Na Sala Regular acontecem no turno manhã com duração de 4 horas. Enquanto que na SEM acontece no mesmo turno com duração de 40 minutos”*. Por outro lado, a P2 vai dizer que o atendimento especial acontece *“Na Sala de Recursos Multifuncionais da escola o aluno é atendido individualmente no tempo de 40 minutos duas vezes por semana”*. Dessa forma, as escolas não identificaram um espaço exclusivo para o atendimento especial do aluno com TEA, sucedendo as aulas na sala regular e na Sala de Recursos Multifuncionais.

Sobre isto, a P1 destaca que se deve considerar *“o nível de tolerância das crianças, visto que estamos sem esse espaço para atendimento”*. O mesmo ponto é colocado pela P2, *“devido a grande demanda e a falta de profissionais habilitados”*. Ainda que o TEA não seja de modo uma deficiência perceptível, o autismo ainda é tido como uma deficiência. Uma vez comprovada a deficiência, o aluno está amparado pela Lei 12.764/2012, quando diz no artigo seguinte:

*Art. 3º São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista:
IV - o acesso: à educação e ao ensino profissionalizante;
Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (Brasil, 2012).*

Em relação ao espaço da Sala de Recursos Multifuncionais, as professoras selecionaram o site de pesquisa Wikipédia para responder o significado do que vem a ser a sigla SRM, sendo *“um programa do Ministério da Educação do Brasil que fornece alguns equipamentos de informática, mobiliários, materiais didáticos e pedagógicos para alguns alunos com necessidades especiais”*, não respondendo o que vem a ser a Sala de Recursos Multifuncionais e se existe atualmente na escola, de acordo com o que foi solicitado na pergunta. Devido as professoras terem respondido o questionário de maneira virtual, tiveram a liberdade para utilizar outras fontes em suas respostas, indo além do conhecimento adquirido em suas formações.

Desse modo, destacamos alguns aspectos, como a insegurança e a falta de domínio do conhecimento relacionado ao que vem a ser a SRM. Possivelmente, se o questionário tivesse sido realizado de forma presencial, as professoras pensariam em uma resposta mais elaborada, obtendo um resultado melhor, sabendo exatamente o que iriam responder. Ainda sobre a SEM, as participantes complementaram, dizendo: P1 *“Estamos aguardando a construção dessa sala em nossa escola”*. Por outro lado, a P2 diz: *“Sim a escola dispõe desse espaço”*.

Perante o exposto, é válido ressaltar que “a separação dos indivíduos com autismo de um ambiente normal contribui para agravar os seus sintomas. As crianças com autismo têm necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis” (GÓMEZ; TERÁN, 2014, p. 543). De acordo com Resolução SE 68, de 12-12-2017, que dispõe sobre o atendimento educacional aos alunos, público-alvo da Educação Especial, na rede estadual de ensino, no artigo 14, parágrafo 2, encontramos que o ensino deve ocorrer

em atendimento individualizado ou em grupo de alunos com, no mínimo, 2 (duas) e, no máximo, 3 (três) aulas diárias, na conformidade das necessidades indicadas pela Avaliação Pedagógica, desde que ministradas no contraturno ao da frequência do aluno em classe/aulas do ensino regular, não podendo ultrapassar 8 (oito) aulas semanais. (RESOLUÇÃO SE 68, DE 12-12-2017)

Dividir o mesmo espaço, estando o aluno com TEA incluído e adaptado na sala de aula, contribui de maneira positiva para desenvolver relações ao ter contato com outros alunos, ajudando a derrubar uma das barreiras mais importantes enfrentadas pelo aluno autista, sendo a questão da comunicação e das alterações comportamentais, principalmente em como as pessoas criam uma imagem desse aluno e a forma que se referem a ele.

Como vimos, uma das escolas das docentes participantes da pesquisa não possui a sala SRM. É necessário ter essa sala de aula no ambiente escolar por disponibilizar material específico e profissionais especializados para que possam atender as necessidades educativas

especiais desse aluno, entretanto, não substituindo a sala de ensino comum, mas para que complemente no ensino do educando com TEA. Nesse caso, quando a escola não disponibiliza a Sala de Recursos Multifuncionais, é necessário procurar a Secretaria de Educação do município em que atua a escola para lutar pela instalação dessa sala, com a finalidade do aluno ser atendido ou então selecionar outro espaço escolar para que o discente passe a ser recebido no ambiente em que estuda.

Acerca do laudo médico (diagnóstico clínico), para identificação do aluno com TEA, a P1 respondeu: *“A Lei Brasileira de Inclusão não condiciona a comprovação de laudo. Somente a Lei do Autismo é que condiciona a comprovação da necessidade”*, enquanto a P2 disse: *“Sim; sendo feito por uma equipe de especialistas neuropediatra, neurologista infantil, psiquiatra infantil, e um psicólogo com especialização em TEA”*.

Conforme diz no Art. 2º da Lei nº 12.764, inciso III, é por direito “a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes”. Em relação a isso, segue o trecho da P1 *“Sinais de autismo infantil podem ser identificados antes dos dois anos de idade e até mesmo em bebês pequenos.”* Sobre uma perspectiva semelhante, a P2 responde que:

algumas crianças apresentam sintomas logo após o nascimento, contudo na maioria dos casos, eles apenas são consistentemente identificados entre os 12 e 24 meses de idade, não obstante essa evidência, o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista, ocorre em média aos 4 ou 5 anos de idade”. (Professora 2)

Desse modo, é importante detectar o diagnóstico precocemente, pois um diagnóstico tardio poderá apontar comportamentos difíceis, afastamento social e problemas na escola. Por esse motivo, é importante procurar as melhores intervenções, através de profissionais especializados ou na escola, em que auxiliem o desenvolvimento e aprendizado do aluno autista.

Outro ponto que merece destaque é a importância da conversa para a cooperação dos pais, em que a P1 cita: *“A conversa acontece de maneira natural sempre apoiando nos momentos difíceis e informando sempre sobre os avanços e/ou regressos”*. Antes que aconteça a conversa, *“deve-se observar o grau de proximidade do professor com a família, se são próximos, procurar saber um pouco sobre o grau de conhecimento da família acerca do assunto”*, segundo a fala da P2. É importante destacar que tanto o professor como os familiares

podem realizar um papel importante relacionado à assistência e participação na educação que é devida na vida do aluno com TEA.

Vale complementar que as professoras ficam atentas, principalmente, a comportamentos, pois na maioria das vezes, o diálogo não acontece. De acordo com as falas das professoras P1 e P2, deve-se:

observar as áreas de interação, comportamento e linguagem, além do relevante déficit cognitivo”. “Baixo contato visual; repetitivo, estereotipado (dar pulos, chacoalhar com as mãos); Interesse restrito em temas e brinquedos específicos”. “A forma de falar ou não falar, se movimentar, interagir, temperamento, relacionamento com outras crianças, não expressar emoções ficando alheio a tudo que acontece ao seu redor” (Professora 1 e Professora 2).

Percebe-se, portanto, a necessidade de formação para capacitar o professor para atuar diante dos problemas que surgirem. É preciso conhecer a singularidade de seus estudantes, tendo em consideração as dificuldades e também habilidades de cada um. É nesse momento que o professor precisa ter acesso à formação continuada, a fim de que seus conhecimentos sejam atualizados.

A P1 fala também sobre a importância de o professor garantir a inclusão do aluno com autismo na sala de aula: *“vale lembrar que o processo de inclusão não começa na escola. Precisamos de uma política pública de detecção precoce dos TEA para facilitar o processo de inclusão do Autismo. A família precisa ser muito envolvida”*. Ainda nesse sentido, é necessário o docente pôr em prática alguns aspectos como intensificar o trabalho pedagógico com as inteligências múltiplas, aplicar metodologias ativas, mudar as estratégias pedagógicas planejando as aulas com novas ideias, ampliar o convívio e o respeito entre os alunos assim como tornar mais flexível o diálogo em sala, conforme cita Lima (2012), ao dizer que as atividades devem ser repetidas de modo constante até que o aluno consiga compreender a resposta. Para moldar o comportamento das crianças são usadas variadas técnicas de condicionamento.

Nessa perspectiva, segundo Santos (2008, p. 30) “é que os professores devem direcionar sua prática pedagógica e tornar possível a socialização da criança com autismo na sala de aula e adequar a sua metodologia para atender as necessidades destes”. Em sua maioria, o aluno com autismo não interage nas atividades, o que requer do professor sensibilidade para introduzi-lo

ao máximo na convivência com o outro, intencionando o desenvolvimento da socialização e interação do mesmo.

Após discutir sobre o Atendimento Educacional Especializado e o papel do professor na inclusão do aluno autista, seguiremos com a análise das estratégias de ensino e metodologias voltadas para os tipos de atividades do AEE, para desenvolver a coordenação motora. Abordaremos somente as atividades que foram citadas pelas professoras nas respostas ao questionário. Antes de cogitar fazer uso dos jogos infantis como estratégia voltados para o público do aluno com TEA, é fundamental saber as limitações do estudante, tendo em vista que cada aluno possui suas particularidades, podendo passar mais tempo ou menos tempo em uma brincadeira. No que diz respeito aos jogos utilizados pelas professoras, estes são variados, tendo em vista que o material didático e os jogos são vastos. Citaremos alguns no quadro a seguir.

Quadro 1 - Jogos que são utilizados nas atividades da sala de AEE

Jogos	Objetivo
Brincar com bolinhas	Tem por objetivo estimular as crianças a interagir com a brincadeira, identificar as cores e manipular a bola. Como, por exemplo, “amassar papel com as mãos”.
Prender com pregadores	É uma habilidade que exercita a capacidade de força do movimento de “pinça”, contribui no desenvolvimento motor e fortalece os dedos da criança. Se utiliza muito os dedos polegar e indicador, fazendo um movimento de força e aquisição de capacidade, sendo primordiais para a fase da escrita.
Desenhar com tinta guache	É uma atividade proposta pela professora, em que na hora de colorir, a criança tem como opção reutilizar papéis de cadernos ou caixas de sapatos, fazendo com que a criança se divirta e estimule a criatividade. Desse modo, ao fazer uso das cores, a docente propicia experiências sensoriais através de papéis, pincéis e água.

Alinhavos	Aprimora a concentração e a coordenação motora do aluno, podendo ser oferecido a partir dos 18 meses de idade.
Pontilhados para traças com os dedos e/ou lápis.	Trabalha a coordenação motora fina da criança, com alunos da creche e pré-escola, em que proporciona o desenvolvimento de habilidades artísticas, criatividade, percepção visual e raciocínio lógico, podendo ser feita através de materiais como: papel picotado, crepom, bolinhas de papel, lã ou utilizando até mesmo a tinta guache diretamente no papel, com o dedo ou pincel.

Fonte: elaborado pela autora.

Com relação às estratégias de ensino utilizadas no processo de ensino-aprendizagem pelas docentes, segundo a P1, devem-se *“Explorar o cotidiano, propor pequenas tarefas, mesmo que sejam diversas.”* A P2 vai além, ao dizer ser necessário *“adaptar currículos, propor atividades baseadas no interesse do aluno, evitar atividades muito longas, atividades que estimulem o pensamento lógico, utilizar uma linguagem clara, privilegiar as habilidades, os vínculos afetivos, incentivar sempre.”*

É válido ressaltar a importância do lúdico no ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) ao representar uma das tarefas que mais colaboram no desenvolvimento do ensino do aluno, bem como contribuem na aprendizagem do aluno com Transtorno do Espectro Autista. Diante disso, para Garcia & Llull (2009), o jogo passou a ser uma atividade imprescindível na evolução psicossocial da criança, pois não necessita achar-se instrumentalizada com conteúdos pedagógicos. Entretanto, pode-se afirmar que, para o aluno com TEA, na atividade lúdica, não existe de fato um jogo; o que se constata é uma manipulação dos objetos ou de parte destes (WOLFBERG, 2013).

No caso do estudante autista, o processo com a atividade lúdica precisa ser repetido várias vezes até que aconteça a socialização com a brincadeira. Embora haja dedicação da parte do professor voltado para a aplicação dos jogos lúdicos, existem fatores que impedem a realização da aula, como é o caso do número excessivo de alunos em sala, falta de formação

continuada, indisciplina por parte de alguns alunos e recursos não disponibilizados no ambiente físico da escola.

Pode-se evidenciar que os mecanismos usados pelas docentes se baseiam em atividades apoiadas nos jogos lúdicos, utilizados na realização das tarefas escolares de alunos autistas. No entanto, as docentes passam a não apresentarem quais seriam as atividades propostas em suas metodologias, limitando-se apenas aos jogos criativos sem desenvolver suas habilidades pedagógicas. Dessa maneira, são necessárias estratégias mais estimuladoras, como é o caso do Prompt⁴, que consiste no processo de alfabetização e letramento com a aquisição da linguagem, em que o professor pede ao aluno autista que repita o que ele disser, fazendo alusão a uma imagem que facilite nesse processo.

Outro método que pode ser aplicado em sala de aula é o Método Pecs⁵, usado para mediar a comunicação entre o aluno com TEA e o professor, através da utilização da troca de figuras. Esse método bastante conhecido, utilizado em diversos países, pode ser aplicado tanto em casa como no ambiente escolar, no qual se adapta a realidade da pessoa autista, havendo vários estudos que comprovam a eficácia ao contribuir na comunicação alternativa, tendo em vista aprimorar as capacidades físicas, cognitivas e de comunicação de pessoas autistas, em que desenvolva principalmente a independência na hora de falar, proposto exclusivamente para autistas não verbais, que não manifestam utilizar os códigos linguísticos nem mesmo fazem gestos para substituir a ausência da fala.

A técnica se resume no uso da troca simples de figurinhas com a intenção da criança formular respostas. Dessa forma, o adulto repassa uma figurinha para a pessoa autista sendo algo que ela venha precisar no dia a dia, como por exemplo, uma comida, um brinquedo, em que a criança seja motivada a entregar o cartão toda vez que ela precisar daquela coisa. Conforme o autista for fazendo uso da figurinha, o responsável deve ir acrescentando duas ou mais figurinhas, incentivando-a a fazer escolhas a partir de suas prioridades. Posto isto, a utilização desses métodos sujeita-se a adaptar o currículo escolar, reorganizar o projeto político pedagógico da escola e a formação continuada ajustada a essas concepções.

⁴ Segundo a Associação Brasileira de Apraxia de fala na infância, a sigla PROMPT significa “Prompts for Reestructuring Oral Muscular Phonetic Targets” (Prompts/Pistas para a organização dos pontos fonéticos oro musculares), sendo uma abordagem multidimensional apontada para os transtornos motores da fala, que envolve não somente os aspectos físico-sensoriais do controle motor, mas também os aspectos cognitivo-linguísticos e sócio-emocionais.

⁵ Desenvolvido nos Estados Unidos no ano de 1985, a sigla PECS vem de um termo em inglês que tem por significado “Sistema de comunicação por troca de imagens” (Picture Exchange Communication System), passando a fazer parte do dia a dia das famílias de pessoas com TEA.

Constatamos, através do questionário realizado, que as estratégias e metodologias de ensino utilizadas pelas professoras no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista na sala de aula, embora simples, apresentam resultados positivos. É perceptível que a visão geral das professoras sobre o aluno com TEA é de um olhar reflexivo voltado para a educação limitada do aluno autista, tanto na questão da ausência de um espaço apropriado que atenda às necessidades do estudante como em ter um número maior de profissionais qualificados a disposição no ambiente escolar.

Diante disso, gera-se uma frustração por parte das docentes em aguardar que a escola venha acolher o aluno autista assim como os demais alunos. A professora 1, inclusive, sugere ser necessário uma política pública para a detecção do autismo precoce em que facilite o processo de inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista, tendo em vista o apoio familiar envolvido.

Romanowski (2007), afirma que o atual modelo de formação é questionável, que se torna desatualizado devido às mudanças ocorridas na educação, sendo primordial juntar teoria e prática, tendo em vista a preparação e melhoria da prática docente. Todavia, é preciso um comprometimento maior dos gestores públicos e educacionais para que seja ofertada formação continuada e especializada às professoras que atuam no AEE. É preciso que professores, pais e demais alunos conheçam as reais necessidades e os níveis de TEA de cada aluno, visando o que vem a ser a verdadeira inclusão destes alunos na sala de aula.

6 CONCLUSÃO

Esta pesquisa objetivou analisar as estratégias de ensino utilizadas pelo professor no processo de ensino-aprendizagem do aluno autista na sala de aula. A partir da análise da pesquisa realizada com as professoras que atuam nas salas de AEE nas escolas da rede pública de ensino, no município de Barreira, podemos constatar a importância das habilidades das estratégias de ensino das professoras em suas práticas docentes, dos cursos de formação e especializações no atendimento especial para acolher um público de alunos com necessidades específicas, em especial, os alunos que se inserem no Transtorno do Espectro Autista.

Levando em consideração o que foi observado, as docentes do Atendimento Educacional Especializado possuem conhecimento acerca do ensino do aluno com TEA em suas práticas pedagógicas, embora tenham buscado respostas padrões da internet para responder ao questionário, demonstrando insegurança em formular uma resposta. Mendes e Cia (2013)

reconhecem que as formações deveriam ofertar, às professoras, o conhecimento em diferentes áreas de modo a poder investir os recursos específicos para aprimorar a aprendizagem dos alunos no AEE nas atividades de complementação e suplementação curricular.

Observou-se também, com referência aos materiais didáticos usados, a pouca criatividade e a aplicação de atividades lúdicas, às quais se propõem a fortalecer as habilidades motoras e intelectuais do aluno autista, pois é através do incentivo ao ter contato com atividades e interação em sala de aula que as professoras podem atingir resultados satisfatórios para a inclusão.

Mediante esta pesquisa, pode-se detectar que as metodologias utilizadas pelas professoras são atividades baseadas em jogos (lúdico) e atividades pouco extensas, recursos bastante usados para a realização das atividades escolares de alunos com TEA. Entretanto, as professoras não citam quais seriam essas atividades, exemplificando apenas utilizar jogos criativos, apresentando um pequeno número de jogos, dessa forma, sendo necessário que o município crie ações para o aprimoramento de suas práticas pedagógicas

As mudanças no ambiente escolar precisam ser imediatas e compreendem vários pontos de vista, como a reorganização da área física das escolas, a substituição de barreiras arquitetônicas e inserção de tecnologias assistivas que ampliem habilidades funcionais de pessoas com necessidades especiais, com o intuito de proporcionar a integralização dentro e fora da sala de aula. Mas para que essa inclusão na educação se promova, é necessário que haja consentimento da realidade dos estudantes, de seus conhecimentos adquiridos através do conteúdo escolar ou através das vivências em que se encontram inseridos.

Por fim, as docentes usam sua formação e experiência para fazer a inclusão do aluno autista em sala de aula, no entanto, há lacunas perceptíveis no que se refere à formação destas profissionais, já que não foram identificadas estratégias de ensino específicas no processo de aprendizagem do aluno autista em sala de aula. Reconhecemos que o presente trabalho desperta reflexões sobre a formação docente e a necessidade de que seja ofertada formação continuada e especializada às professoras que atuam no AEE e, assim, tornar possível a verdadeira inclusão dos alunos com TEA.

REFERÊNCIAS

ABRAPRAXIA, Associação Brasileira de fala na Infância. Postado em: 15 de março 2019. **O que é o PROMPT?** Disponível em: <https://apraxiabrasil.org/textos-sobre-afi/o-que-e-prompt/>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (Brasil) (ed.). **MANUAL DIAGNÓSTICO E ESTATÍSTICO DE TRANSTORNOS MENTAIS 5ª EDIÇÃO DSM-5: dsm-5**. 5. ed. Brasil: Artmed, 2014. 992 p. (5). Associação Brasileira de Psiquiatria.

AUTISMO EM DIA. **O que significa PECS? Entenda a comunicação alternativa para autistas!** Postado em: 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.autismoemdia.com.br/blog/o-que-significa-pecs-entenda-a-comunicacao-alternativa-para-autistas/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**.

BRASIL. Constituição (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 04, de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF, Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf. Acesso em: 13 de abril de 2022.

BRINQUEDOS, Carlu. **A importância do brinquedo de alinhavo na Educação Infantil**. Postado em: 09/07/2020. Disponível em: <https://carlu.com.br/brinquedos/noticias/16-a-importancia-do-brinquedo-de-alinhavo-na-educacao-infantil.html?text=O%20alinhavo%20%C3%A9%20uma%20atividade,para%20desenvolver%20a%20destreza%20manual>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

CUNHA, Eugenio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015, p. 140.

CUNHA, Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013.

ESTADO DE GOIÁS. SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO. **Diretrizes Operacionais da Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás 2011/2012**. Secretária de Estado da Educação de Goiás, 2011.

FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. Curitiba: Ibpx, 2009.

FEDERAL, Senado. **Lei Nº 9.394/1996. 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia- saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra,1996, p. 26.

GARCIA, Alfonso; LLULL, Josué. **El juego infantil y su metodologia**. Madrid-Esp; Editex, 2009.

GOMES, A. **Desenvolvimento das crianças com a utilização de tintas**. Postado em: 27 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.agomes.com.br/tintas-desenvolvimento-criancas/>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. Cultural, S.A, 2014.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: resultados preliminares- Barreira, Ceará, 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/barreira/panorama>. Acesso em: 10 de Ago de 2022.

IRACEMINHA, Prefeitura. **Brincadeiras com bolas coloridas**. Publicado em 24/04/2019 às 16:50 - Atualizado em 24/04/2019 às 16:51. Disponível em: <https://www.iraceminha.sc.gov.br/noticias/ver/2019/04/brincadeiras-com-bolas-coloridas#:~:text=O%20objetivo%20principal%20dessa%20atividade,agilidade%2C%20aten%C3%A7%C3%A3o%20e%20a%20concentra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 22 maio de 2022.

KERCHES, Deborah. **Hiperfoco no Autismo** (2019). Dra. Deborah kerches. 16 de out 2019. Disponível em: < <http://dradeborahkerches.com.br/hiperfoco-no-autismo/>>. Acesso em 12 abr. 2022.

LEGADO, Instituto. **Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 70 anos**. 2020. Disponível em: <https://institutolegado.org/blog/declaracao-universal-dos-direitos-humanos-integra/>. Acesso em: 15 abr. 2022.

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012. Congresso. Senado. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Brasil, Brasília.

LIBÂNEO, José Carlos. Planejamento escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo - Sp: Cortez, 1994. p. 27.

LOPES, Viviane. BRAINLY. **O Atendimento Educacional Especializado – AEE**. Postado em: 31 dez. 2019. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/24003115>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MANTOAN, M. T. E. Igualdade e diferenças na escola: como andar no fio da navalha. In: MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, G. R.; ARANTES, A. V, organizadora. **Inclusão Escolar: Pontos e Contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é?. In: MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por que? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. Cap. 1. p. 13 a 33.

MEC, BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**, 1999. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 20 abr. 2022.

MENDES, E. G.; CIA, F. ONEESP: Um observatório nacional para a comunidade da educação especial. In: MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. **A pesquisa sobre inclusão escolar em suas múltiplas dimensões: teoria, política e formação**. Marília: ABPEE, 2012.

MENEZES, Ebenézer Takuno de. Verbete Declaração de Salamanca. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira – Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/declaracao-de-salamanca/>. Acesso em: 07 abr. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000.

NÓVOA, A. A formação de professores e profissão docente. IN: NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. Lisboa – Portugal: Dom Quixote, 1992.

PAIVA JUNIOR, Francisco. TISMOO. **Cid-11 unifica Transtorno do Espectro do Autismo no código 6A02**. Postado em: 12 de dezembro de 2021. Disponível em: <https://tismoo.us/destaques/cid-11-unifica-transtorno-do-espectro-do-autismo-no-codigo-6a02/>. Acesso em: 10 de Ago de 2022.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA CASA CIVIL **Lei nº 12.764, de dezembro de 2012** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> Acesso em 17 de maio de 2022.

PROGENE – USP. **Critérios diagnósticos: do Transtorno do Espectro Autista**. 2018. Disponível em: <http://progene.ib.usp.br/criterios-diagnosticos-do-transtorno-do-espectro-autista/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

ROMANOWSKI. **Formação e profissionalização docente**. Curitiba: Ibpex, 2007.

SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. 25 de setembro de 2017. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Salas_de_Recursos_Multifuncionais. Acesso em: 25 de maio de 2022.

SANTOS, A. M. T. dos. **Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar**. CRDA, São Paulo, 2008.

SOLUÇÃO, Escola. **Notícias e informações sobre processos seletivos de ingresso no ensino superior: Barreira- Ceará**. Disponível em: <https://escolasolucao.com.br/brasil/barreira-ce/>. Acesso em: 10 de Ago de 2022.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Transtorno do Espectro do Autismo. 2020. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/transtorno-do-espectro-do-autismo/>. Acesso em: 15 abr.2022.

SECADI, Legislação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso em: 16 abr. 2022.

SIAU, Resolução 68, de 12 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+SE+68%2C+de+12-12-2017+%E2%80%93+citar&oeq=Resolu%C3%A7%C3%A3o+SE+68%2C+de+12-12-2017+%E2%80%93+citar+&aqs=chrome..69i57.4479j0j9&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

SIGNIFICADOS. **Significado de Educação inclusiva**. 2021. Disponível em: <https://www.significados.com.br/educacao-inclusiva/>. Acesso em: 15 abr. 2022

SILVA, A. B. B; GAIATO, M. B; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

TAKEDA, Tatiana de Oliveira. **O que você precisa saber sobre Autismo**. Goiânia: Ludovica Online, 2017, p. 152.

TURMINHA: SUPORTE À EDUCAÇÃO INFANTIL. **Colagem sobre os pontilhados – pipa. 2019**. Disponível em: <https://www.turminha.com.br/atividade-educativa/colagem-sobre-os-pontilhados-pipa>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

VASCONCELLOS, Gabrielle. Maternar e brincar: maternagem e infância brincante. **Brincadeira com pregadores**. 08/03/2015 · por Gabrielle Vasconcellos · em Brincar, Montessori em Casa, Pais e Filhos. Disponível em: <https://maternarebrincar.wordpress.com/2015/03/08/brincadeira-com-pregadores/>. Acesso em: 22 de maio de 2022.

WOLFBERG, Pamela(2013). **Juego u el Espectro Autista: Fomentando Experiencias Sociales Significativas con Familia y Amigos**. Disponível em: <http://fundacionsoycapaz.org.pa/images/blogs/simposios/simposio7/Juego%20y%20el%20espectro%20autista%20-%20Dra%20Pamela%20Wolfberg.pdf>. Acesso em: 01 de ago de 2022.

XAVIER, A. G. P. **Ética, técnica e política: a competência docente na proposta inclusiva**. In: Revista Integração, ano 14, nº 24. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2002.